



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141414 - MG (2021/0011934-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : CLAYVERT LEO CARVALHO (PRESO)
ADVOGADO : KARINA RODRIGUES ZAMBRANA - MG083686
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CLAYVERT LEO CARVALHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.573458-5/000).

O recorrente foi preso em flagrante por suposta prática dos delitos previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/06 e no art. 12 da Lei n. 10.826/03, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que conheceu parcialmente do *writ* e, nesta extensão, denegou a ordem.

Sustenta o recorrente a ausência de fundamentação idônea para a decretação de sua prisão preventiva, que teria sido baseada na gravidade abstrata do delito, destacando que possui condições pessoais favoráveis.

Defende a necessidade de concessão da prisão domiciliar, com fulcro na Portaria Conjunta n. 19/PR-TJMG/2020, tendo em vista a pandemia do novo coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade, com aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão ou, caso assim não se entenda, a concessão da prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito ao pedido de concessão de prisão domiciliar, observa-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAL EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENAL. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal

de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade de garantia da ordem pública. Confira-se (e-STJ fl. 248):

Ao decidir, a douta autoridade apontada coatora fez constar que a prisão do paciente mostra-se necessária como garantia da ordem pública, que se viu ameaçada pela gravidade concreta dos fatos. Em suas palavras:

“...Durante as buscas no local, os policiais localizaram no interior de um fogão a quantia de R\$ 558,00, e, em outro ponto do imóvel, os policiais arrecadaram 69 buchas de maconha, 315 pinos de cocaína. Em um vão na parede entre dois cômodos, foram localizadas duas armas de fogo, de calibre indeterminado, sendo um deles sem numeração e o outro de numeração ilegível, ambas em mau estado de conservação, além de 15 estojos deflagrados, de calibre .38 e 01 porção de cocaína, o que sedimenta o fumus commissi delicti.

Os entorpecentes arrecadados totalizaram 260,0g de maconha, 865,1g (588,9g + 276,2g) de cocaína, quantidade e diversidade de entorpecentes que, aliados à apreensão das armas de fogo, revela a gravidade concreta do delito o que aponta para o periculum libertatis.

(...)

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência